

# Informativo do COLETIVO CUTISTA de Uberlândia

IMPRESSO  
PODE SER ABERTO PELA ECT

Informativo do Coletivo Cutista de Uberlândia

Edição nº 01

06 de Julho de 2011

## SEIS DE JULHO

## Dia Nacional de Lutas da CUT



## A CUT É DIFERENTE das outras centrais

Em maio, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu realizar no próximo 6 de julho um Dia Nacional de Mobilização em defesa da classe trabalhadora, sua Executiva Nacional deliberou que era necessário procurar entidades com histórico de luta, mobilização, representatividade e, especialmente, com bandeiras de luta em sintonia com a Plataforma que a CUT formula e pratica desde a sua criação. O objetivo era e continua sendo claro: priorizar a unificação em torno de uma pauta comum entre as entidades dos movimentos sociais com essas características.

Por isso, a CUT procurou o MST, a CMP (Central de Movimentos Populares), a Marcha Mundial de Mulheres, a FUP (Federação Única dos Petroleiros) e outras entidades da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que apoiaram a ideia e se incorporaram ao processo de mobilização e organização dessa ação unitária da CUT e dos movimentos sociais.

Como sempre, saímos na frente

Temos assistido recentemente tentativas de algumas centrais sindicais de pegar carona nas mobilizações da CUT.

Um exemplo recente dessas tentativas foi o anúncio, por parte de outras cinco centrais, de que estariam realizando uma mobilização – justamente – no dia 6 de julho. Fizeram isso mais de um mês depois de a CUT ter anunciado o seu Dia Nacional de Lutas para a mesma data.

Sob o falso argumento da unidade das centrais sindicais em torno da pauta trabalhista aprovada no Pacaembu, em junho de 2010, e das conquistas obtidas nos últimos anos, dizem que basta fazermos mobilizações conjuntas para obtermos vitórias.

A avaliação da conjuntura nacional feita pela direção da CUT é diferente.

Essa suposta unidade é falsa

Talvez o único ponto em que temos consenso entre as centrais sindicais seja a redução da jornada de trabalho para 40 horas, que é fundamental, mas somente a nossa “unidade” não foi capaz de colocar a proposta para ser aprovada pelo congresso nacional.

Porém, e os outros pontos da nossa pauta? Veja na página 2 desta edição.

Neste dia as entidades cutistas estão nas ruas, praças e logradouros, informando e mobilizando a população e as diversas categorias de trabalhadores, mostrando que não existe acomodação sindical ou dos movimentos sociais por termos hoje no governo federal o projeto da classe trabalhadora.

Sabemos, que, normalmente, manifestações e movimentos tomando conta das ruas, via de regra, são para protestos, para mostrar inconformidade com o que está acontecendo ou que está por acontecer, mas servem, também, esses movimentos e manifestações para se dar aprovação e respaldo quando a classe trabalhadora e população estão vendo suas bandeiras de luta e anseios diversos serem postos e em prática.

Há que se ter sempre, senso crítico, coeficiente de indignação e capacidade de mobilização, independentemente de quem estiver no governo, seja federal, estadual ou municipal.

O Coletivo da CUT de Uberlândia, composto por entidades sindicais Cutistas dessa cidade, que têm se reunido constantemente para discutir os

interesses dos trabalhadores das diversas categorias, vem nesse dia se postar ao lado e juntamente com os trabalhadores e comunidade em geral trazendo para a rua diversos itens de uma pauta de reivindicações tanto nacionais como locais.

As diversas categorias de trabalhadores em luta nesse momento, que não vêm correspondidas suas reivindicações e que tem se manifestado nas ruas, de Uberlândia e região, estão representadas dentro de todo um contexto que faz da CUT e suas entidades filiadas uma “central única”, como bem diz seu presidente nacional, Artur Henrique, em absoluta conformidade com o nome dessa central, Central Única dos Trabalhadores.

Esse Dia Nacional de Lutas foi gestado e organizado pela e para a CUT. Com bandeiras de luta diferencialmente e somente dela, especificamente da classe trabalhadora brasileira - que somos todos nós -, povo que compõe essa comunidade, essa região, o Estado de Minas Gerais e a nossa nação.

## **VAMOS ELENCAR ALGUMAS PROPOSTAS QUE NOS DIFEREM, A COMEÇAR PELA MAIS EVIDENTE E AQUELA QUE, A JULGAR POR TODAS AS PRÁTICAS DAS DEMAIS CENTRAIS, É INTRANSPONÍVEL PARA AQUELAS ENTIDADES:**

### **CONVENÇÃO 87 E FIM DO IMPOSTO SINDICAL**

Lutamos por liberdade e autonomia sindical, com aprovação da convenção 87 da OIT; pelo fim do imposto sindical e a implementação de uma contribuição da negociação coletiva aprovada pelos próprios trabalhadores em assembleias.

### **TRABALHO DECENTE**

Pela implementação da agenda do trabalho decente, com mais e melhores empregos, por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a luta contra a precarização e a terceirização, e a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário; pelo fim do fator previdenciário e pela regulamentação da convenção 151 da OIT. Pelos enunciados aqui expostos, pode-se ter a falsa impressão que todas as centrais têm acordo em relação a este parágrafo, mas não existe tal acordo, como veremos a seguir.

### **TERCEIRIZAÇÃO**

Temos uma posição muito clara em relação à terceirização: ela é responsável pelo aumento das mortes, acidentes de trabalho e de doenças profissionais e vem sendo utilizada pelo capital para precarizar as condições de trabalho, reduzir custos, enfraquecer o movimento sindical criando milhares de sindicatos de gaveta. Por tudo isso, propusemos um projeto de lei, apresentado pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP), regulamentando a terceirização. Enquanto isso, algumas centrais sindicais que têm alguma representação em empresas terceirizadas querem aumentar a terceirização, ou seja, querem fortalecer o setor empresarial na falsa expectativa de aumentar o número de sindicatos filiados a elas. Enquanto isso, os trabalhadores...!!!!

### **CONVENÇÃO 151 DA OIT**

Essa convenção garante a negociação coletiva para os trabalhadores do setor público em todo o Brasil. Foi incluída como reivindicação pela CUT nas Marchas da Classe Trabalhadora e encaminhada pelo ex-presidente Lula ao Congresso Nacional, que a aprovou. Estamos agora precisando aprovar rapidamente a regulamentação da 151, para que ela possa entrar em vigor em todo o território nacional, democratizando as relações de trabalho no setor público. Foram realizadas milhares de horas de negociação junto ao Ministério do Planejamento para aprovar um projeto que regulamente a negociação coletiva e a solução dos conflitos.

E o que fazem as outras centrais sindicais? Criaram outro grupo no âmbito do Ministério do Trabalho – hoje totalmente aparelhado por uma central – para discutir o mesmo assunto e embaralhar o processo que já vinha bastante adiantado. E o que é mais grave: as premissas defendidas por algumas centrais são para piorar a situação,

ou seja, querem implementar a unicidade sindical e o imposto sindical no setor público, na contramão de tudo aquilo que defendemos. O movimento sindical no setor público já nasceu sob o manto da liberdade e autonomia sindical e sem o imposto. As demais centrais não estão preocupadas com a negociação coletiva e sim com a organização sindical no setor público do ponto de vista deles.

Para nós da CUT, a luta pelos pressupostos das convenções 87 e 151 da OIT são princípios fundamentais e históricos da CUT. Isso, somado à legislação de combate às práticas antissindicais, direito à negociação coletiva e a organização por local de trabalho são pressupostos para consolidarmos uma nova estrutura sindical de acordo com os princípios cutistas e que fortaleça as entidades sindicais realmente representativas, com o fortalecimento da negociação coletiva rumo ao contrato coletivo de trabalho por ramo de atividade.

### **FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO**

Milhões de trabalhadores aguardam as discussões sobre o fim do fator previdenciário para decidir o que fazer de suas vidas: se aposentam ou se esperam o resultado das negociações. Enquanto isso, a tábua de expectativa de vida do IBGE vai sendo alterada a cada ano e, assim, aumenta o tempo necessário para que as pessoas se aposentem.

Em lugar de apresentar propostas concretas e viáveis, como a CUT fez ao apresentar para o debate o Fator 85/95, em 2009, as centrais repetem o mantra do “fim do fator previdenciário” sem dizer como isso pode acontecer.

Apostam assim na demagogia e deixam na espera milhões de trabalhadores e trabalhadoras. E o que é pior, a cada ano a situação piora. Quando começamos esse debate, em 2009, um trabalhador para ter 100% do seu benefício precisava ter 35 anos de contribuição e 62.4 de idade. Hoje, dois anos depois, precisa ter 64.7 anos de idade para alcançar os mesmos 100%.

### **EDUCAÇÃO**

Defesa da implementação do Plano Nacional da Educação com a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação; a ampliação da educação no campo e a qualificação profissional com participação dos trabalhadores. Esta é uma luta que a CUT e suas entidades têm levado adiante sem o real envolvimento das outras centrais.

### **ALIMENTOS**

Defesa da reforma agrária, aprovação da PEC do trabalho escravo, do limite de propriedade da terra para diminuir a enorme concentração hoje existente; a mudança do modelo agrário, com a ampliação dos recursos e de políticas públicas para a agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam a mesa dos bra-

sileiros (as); a luta contra os agrotóxicos e contra os especuladores do agronegócio. Como é sabido, as outras centrais não têm dedicado seus esforços à luta por essas mudanças – a não ser que se entenda que simplesmente assinar panfletos genéricos sobre os temas pode significar luta de fato.

### **REFORMAS POLÍTICA E TRIBUTÁRIA**

Por uma reforma política que amplie a democracia direta e que fortaleça a democracia representativa e por uma reforma tributária que seja progressiva com base na renda e no patrimônio. As demais centrais têm debatido esses assuntos e estão empenhadas, colocando gente na rua, para pressionar por essas mudanças?

### **SOMOS DIFERENTES: LUTAMOS EM TODAS AS FRENTES**

Esses são alguns exemplos da impossibilidade de fazer mobilização conjunta com as outras centrais, pois como faremos atos políticos se os objetivos são outros?

Fariamos mobilizações conjuntas só para produzir imagens para a mídia convencional, sem nenhuma consequência ou avanço para a classe trabalhadora?

É evidente que não. O que precisamos é construir nosso próprio Dia Nacional de Mobilização, com muitos militantes nas ruas de diferentes cidades do País, para defender a pauta da CUT e dos movimentos sociais, com todas as suas especificidades, e convencer a opinião pública da importância de nossas bandeiras.

As demais centrais, ao elaborarem a agenda das suas mobilizações, colocam quase todas as suas fichas na disputa junto ao Congresso Nacional acreditando que essa é a única frente de luta.

Para a CUT, a principal tarefa é mobilizar os trabalhadores/as na base. O dia 06 de julho será um dia de assembleias em todos os sindicatos filiados à Central (atrasos na entrada, paralizações de uma, duas ou quatro horas, passeatas, manifestações nos aeroportos, etc).

E a luta deve se dar em todas as frentes – no Legislativo, Executivo e Judiciário – no Governo Federal, nos Governos Estaduais e Municipais.

É importante ainda deixar claro que não faltou à CUT, nos últimos anos, disposição para dialogar e elaborar propostas em conjunto com as demais centrais. Investimos muito tempo e trabalho nessa tarefa, porém o vai e vem das outras entidades em suas posições, deixando os processos de tomada de decisão inconclusos, é o que de fato prejudica essa unidade na luta.

Continuaremos sempre buscando a unidade na luta quando o assunto for de interesse geral da classe trabalhadora, como é o caso da luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário.

### **SOMOS DIFERENTES! SOMOS CUT!**

*Artur Henrique Presidente Nacional da CUT*

# GREVE DOS TRABALHADORES DA UFU

**TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA ESTÃO EM GREVE DESDE 16 DE JUNHO**



Segundo membros do Comando Local de Greve, organizados no SINTET-UFU (Sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior), desde o dia 6 de junho, diversas Instituições Federais de Ensino (IFES) filiadas a FASUBRA-Sindical optaram por deflagrar greve por tempo indeterminado e aos poucos a adesão de todas essas Instituições tem sido crescente, contando atualmente com a participação de 47 Universidades Federais no movimento grevista, o que contempla cerca de 170 mil servidores técnico-administrativos que atuam nestas universidades por todo o Brasil, com suas atividades paralisadas.

Em Uberlândia os técnico-administrativos da UFU (Universidade Federal de Uberlândia) se reuniram em assembleia, no dia 10 de junho, e decidiram aderir ao movimento grevista a partir do dia 16 de junho. Desde então já foram realizadas quatro assembleias dos trabalhadores, várias reuniões setoriais nos Campi de Uberlândia e Ituiutaba, ato na praça Tubal Vilela e em Brasília, o Comando Nacional de Greve tem realizado atos em frente ao MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e MEC (Ministério da Educação e Cultura), com panfletagens, passeatas, vigílias e muita disposição para lutarem por seus direitos.

A pauta atual de reivindicações é uma continuidade do acordo feito com o governo federal em 2007, sendo que na época foi feito um documento que envolvia uma série de itens, dos quais o governo cumpriu o reajuste salarial, mas não houve outros avanços e os demais itens foram deixados de lado.

Entre as reivindicações dos Técnico-administrativos está a de modernizar a carreira, com reestruturação dos cargos, a elevação do piso da tabela salarial, ainda sem um percentual definido, o fim da terceirização, com abertura de concurso público imediato, apresentação de recursos orçamentários para serem alocados no

piso da tabela salarial para 2011 ou 2012; propostas que contemplem o vencimento básico complementar, e reposicionamento de aposentados com ampliação de direitos; propostas concretas sobre a racionalização dos cargos, reajuste de benefícios em 2011.

A categoria pretende ainda derrubar, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 549/2009, segundo o qual os gastos com a folha de salários do funcionalismo público poderá aumentar, no máximo, 2,5% acima da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA ou da variação do Produto Interno Bruto (PIB), o que for menor. Para os servidores, na prática, a lei congelaria os salários por 10 anos. Eles avaliam que o crescimento vegetativo das despesas, com a incorporação de benefícios e de novos trabalhadores, já consumirá tal limite para reajuste.



Os trabalhadores e os sindicatos da categoria têm se posicionado contrários também a proposta do governo que terceiriza os 46 hospitais universitários do país. A proposta do governo é de fazer contratação através de terceirização para essas unidades, que seria feita pelo regime da CLT. Sendo que a proposta dos servidores é de que essa contratação se dê através de concurso público, via RJU.

Maiores informações sobre a greve dos Técnico-administrativos da UFU podem ser conseguidas através do portal de notícias do SINTET-UFU: [www.sintetu-fu.org](http://www.sintetu-fu.org)

A sede do sindicato está localizada na rua Salvador, nº 995, bairro Aparecida, em Uberlândia/MG.



## GREVE POR TEMPO INDETERMINADO NA EDUCAÇÃO

PISO NACIONAL DE R\$ 1.597,87 JÁ!  
MINAS PAGA O 27º PIOR PISO DO PAÍS !



Temos Piso Salarial de R\$ 369,00 para trabalhadores com ensino médio por uma jornada de 24 horas.

A greve iniciou no dia 08 de Junho de 2011 e não há data prevista para o término: GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO, conforme vontade da Categoria que a aprovou em 31/05/2011 em Assembleia realizada em Belo Horizonte.

Os trabalhadores em educação de todo o Estado de MG reivindicam Piso Nacional da Educação de R\$ 1.597,87. que já foi julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, julgado como "Piso mesmo" e não "TETO" como tentava convencer o Governo de Minas Gerais. A Categoria não deve aceitar o Subsídio como lógica de Carreira profissional, nem mesmo se omitir em um período tão decisivo para nossa classe.

A Educação não pode esperar mais, temos uma década de luta para recomposição das perdas salariais, duas grandes greves: a de 2008 e 2010, sem a implantação do Piso Salarial Profissional Nacional da Educação aprovado em junho de 2008. Piso que é lei e o Governo de Minas Gerais se recusa a cumprir.

Minas não paga o valor do Piso no vencimento Básico, mesmo se considerarmos as tabelas salariais que instituíram o subsídio (Lei 18.975/10) como forma de remuneração, que trouxe uma mudança salarial para um setor da categoria mas desvaloriza os servidores que têm tempo de serviço extinguindo as gratificações pessoais conquistadas em toda nossa carreira de educador.

Reivindicamos o Piso Salarial Nacional de R\$ 1.597,87 para uma jornada de 24 horas, pois a lei 11.738 nos garante desde junho de 2008.

O Sind-UTE convoca a todos (as) trabalhadores (as) em Educação que ainda não aderiram ao movimento pararem em suas Escolas. Queremos o apoio da sociedade: Pais de alunos, alunos e demais trabalhadores, todos nós temos que dar um basta a tanto descaso e omissão a que são tratados os trabalhadores em educação em MG. Exigimos respeito!

Só conseguiremos vencer com a união de todos(as), a força de nossa mobilização que vai impulsionar as negociações. Quanto mais forte o movimento, mais rápidas e eficientes serão as nossas conquistas.

Trabalhadores (as) em Educação o momento é este!

Só a luta garante conquistas!

**Elaine Cristina**

**Coordenadora Sind-UTE Uberlândia**

# POR UM AEROPORTO POPULAR, CONTRA O RETROCESSO SOCIAL

Nos últimos oito anos, com Lula na Presidência da República, cresceu extraordinariamente o número de passageiros dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária/Infraero - Brasília, Confins, Congonhas, Galeão, Guarulhos, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Santos Dumont, Viracopos, entre outros -, popularizando o transporte aéreo no nosso País. Milhões de brasileiros e brasileiras trocaram as cansativas viagens de ônibus por aviões que, em poucas horas, levam-nos para o nosso destino. E faz desse meio de transporte um dos principais condutores da integração social do Brasil.

Estudos realizados na aviação regional, em São Paulo, mostram que deslocamentos individuais acima de 300 km têm custos semelhantes ao de transporte rodoviário devido ao altíssimo preço dos pedágios, com a vantagem da rapidez do avião. A popularização das viagens aéreas provocou uma grande mudança: viajar de avião deixou de ser privilégio de poucos. Nossos aeroportos que eram exclusivos das elites foram ocupados por cidadãos comuns das classes C e D: operários, aposentados, funcionários públicos, professores, etc.

Ano	Passageiros	Varição
2003	71.215.810	-
2004	82.706.261	+16,1%
2005	96.078.832	+16,1%
2006	102.185.376	+6,3%
2007	110.569.767	+8,2%
2008	113.263.537	+2,4%
2009	128.135.616	+13,1%
2010	155.363.964	+21,2%

Varição no período

2003 - 2010 +118,1%

Fonte: Infraero

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários/SINA acredita e defende que



todos têm direito de viajar de avião. Mas esse não é o pensamento dos empresários que estão interessados na concessão dos nossos aeroportos.

Para ganhar muito dinheiro, esses empresários querem implantar o padrão classe A, aumentar as tarifas de embarque e estadia de aeronaves, além de potencializar o conceito neoliberal do aershopping, fazendo os aeroportos voltarem a ser exclusivos das elites, como foi no passado. Na prática, querem cassar nosso direito de viajar de avião. Querem um retrocesso social! Em um país continental como o Brasil, o transporte aéreo deve ser acessível a todas as camadas da sociedade.

Além disso, a parcela preconceituosa da sociedade não suporta ter a companhia de brasileiros e brasileiras que podem voar por que, com a ascensão promovida no Governo Lula, têm poder aquisitivo para adquirir as passagens aéreas.

Há 38 anos a Infraero cuida dos aeroportos brasileiros - da construção à operação - para garantir eficiência e segurança. Sua competência

na área de infraestrutura aeroportuária é reconhecida internacionalmente.

O SINA entende que atualmente são necessárias obras de melhorias e ampliação da infraestrutura aeroportuária, como também um comprometimento maior de todas as instituições que operam em nossos terminais para com a eficiência do sistema como um todo, não só por causa da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, mas principalmente pelo contínuo crescimento do número de passageiros.

Assim, o SINA convoca o movimento sindical, entidades da sociedade civil, partidos políticos, Congresso Nacional e, principalmente, o Governo Federal a se unirem na defesa dos aeroportos populares e no direito de todos poderem continuar viajando de avião.

## **Não ao retrocesso social! Direção do SINA-CUT**

### **EXPEDIENTE**

#### **INFORMATIVO DO COLETIVO CUTISTA DE UBERLÂNDIA**

é o jornal informativo das entidades sindicais filiadas a CUT/MG. Distribuição gratuita.

Tiragem: 5.000 exemplares.

Jornalista Responsável:

M. Luisa Galvão - MG 06350JP

Redação: Rua Salvador, 995

B. Aparecida - Uberlândia - MG.

Fone/Fax: 0 xx (34) 3214-1649

E-mail: sintetufu@sintetufu.org

Home page: www.sintetufu.org

#### **SINDICATOS PARTICIPANTES:**

SECUA: www.secu.com.br

SINA: www.sina.org.br

SINDEESVU: www.sindesvu.org.br

SIND-UTE: www.sindutemg.org.br

SINTET-UFU: www.sintetufu.org

SINTRACOMP: www.sintracomp.com.br

SINTEL-MG: www.sintelmng.org.br

STIAU: stiau.blogspot.com